



REFORMA DO ESTADO: POLÍTICA EDUCACIONAL E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES¹

Marina Ferreira de Souza Antunes

RESUMO

O texto é parte de tese de doutorado, trás um recorte que aborda a discussão sobre o Estado, tomando como referência as teorias de Gramsci e Poulantzas. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de cunho bibliográfico. Aponta o processo de reconfiguração do Estado no contexto da globalização e do neoliberalismo, enfatizando a reforma e as implicações na política educacional. Apontando as agências internacionais como definidoras do consenso, no âmbito do Estado Educador. A reforma educacional é realizada aos moldes da reforma gerencial do Estado, trazendo como consequência a necessidade de formar um novo trabalhador. E neste sentido ganha destaque a formação de professores como elemento central da reforma educacional.

PALAVRAS-CHAVE: reforma do estado 1; reforma educacional 2; formação continuada de professores 3.

O ESTADO: VISÃO DE GRAMSCI E POULANTZAS

O Estado tem vivido um processo de reestruturação e para compreendermos esse processo é necessário entender o que é o Estado. Utilizamos para isto dois autores: Gramsci e Poulantzas.

Ao falar de sociedade civil, Gramsci distinguiu-se de Marx e Engels e amplia o conceito de Estado. Enquanto Marx e Engels falam de um “complexo da superestrutura ideológica”, Gramsci concebe a sociedade civil pela trama das relações que os homens estabelecem em instituições como os sindicatos, os partidos, a igreja, a escola, os meios de comunicação e assim por diante, constituindo a superestrutura. “Por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 2011, p. 254-255). Ou seja, “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2011, p. 244). Hegemonia entendida como processo, cujo o conteúdo, é a dominação de classes ou frações de classes, em que a base é a reforma intelectual e moral, com a finalidade de obtenção do consenso. Para Gramsci;

o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar

¹ O presente trabalho contou com o financiamento da CAPES/CNPq.

contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora. (GRAMSCI, 1987, p.139)

Neste sentido a classe que aspira à hegemonia, ou seja, a capacidade de direção, de conquistar alianças e de fornecer uma base social ao Estado proletário, deve começar seu trabalho exatamente nestas instituições da sociedade civil. Assim sendo, na teoria gramsciana, a hegemonia do proletariado realiza-se na sociedade civil.

Por sociedade política, Gramsci entende como sendo o Estado (no sentido estrito, unilateral), representado pelo uso da força e o poder de coerção na organização social obtido por intermédio da ditadura, em contraposição à sociedade civil onde esta organização se dá por meio de consensos estabelecidos. Afirma, ainda, que política e economia se identificam, para ele, “a política é ação permanente e dá origem a organizações permanentes precisamente por se identificar com a economia” (GRAMSCI, 2011, p. 281).

Outra diferença encontrada entre sociedade civil e sociedade política refere-se à “materialidade (social e institucional)”, que são distintas em cada uma. Os portadores materiais da sociedade política são os aparelhos repressivos do Estado, cujo controle é realizado pelas burocracias executiva e policial/militar (exército, polícia, administração, burocracia); já na sociedade civil, os portadores materiais são os “aparelhos privados de hegemonia” (culturais, políticos, econômicos), que para Gramsci, possuem uma certa autonomia em relação à sociedade política. É essa independência material que marca o fundamento ontológico da sociedade civil, em Gramsci, e que, ao mesmo tempo a distingue como uma esfera com estrutura e legalidade próprias, mediadora entre a estrutura econômica e o Estado/coerção.

Além da distinção da sociedade civil e política, Gramsci faz uma diferenciação entre “oriente” e “ocidente”, para além do sentido geográfico, compreendendo o sentido históricopolítico, onde o “oriente” seria aquela sociedade em que o Estado seria tudo e a sociedade civil permaneceria “primitiva e gelatinosa”, constituindo uma sociedade política, ou do “governo dos funcionários”, de escassa ou nenhuma tradição democrática, mas pelo contrário estritamente ditatorial.

Já no “ocidente” prevalece uma relação equilibrada entre os dois momentos da esfera pública – Estado e Sociedade – formando o Estado no sentido amplo, integral, o qual Gramsci propõe como socialismo, que não se identifica com o “governo dos funcionários”, com a racionalidade burocrática, mas contrariamente, requer a construção de uma forte sociedade civil que assegure a possibilidade do autogoverno dos cidadãos, ou dito de outra maneira, necessita de uma democracia plenamente realizada

Destarte, a proposta gramsciana é de construção progressiva de uma “sociedade regulada” (comunismo), de uma nova ordem social fundamentada no consenso, no autogoverno, na qual a esfera pública intersubjetiva, ou seja, a sociedade civil, subordina e absorve em si o “poder” e o “dinheiro”, isto é o Estado/coerção e o mercado, construindo desta maneira uma ordem social cada vez mais contratual e menos coercitiva, mais democrática.

O elemento de ligação entre Gramsci e Poulantzas é o conceito de “Luta de Classe”. Para Gramsci, a ampliação do Estado se dá no palco das relações sociais, para Poulantzas (1985) as relações sociais entre as classes (frações e lutas de classes) se complexificaram. As pessoas vivem uma condição necessária à produção, atomização; no entanto, quando os problemas se tornam comuns, a consciência individual se torna coletiva, há, pois, a politização da sociedade civil.

Poulantzas também apresenta uma análise do Estado, numa perspectiva de transição do capitalismo para o socialismo. No entanto, logo de início, assinala que não dá para falar de uma teoria geral do estado, nem de um estado capitalista sem reconhecer a dinâmica de sua formação social.

Na medida em que não poderia haver teoria geral do Estado estabelecendo leis gerais que regulassem as transformações de seu objeto através dos diversos modos de produção, também não poderia haver teoria semelhante à transição de um Estado a outro, especialmente à passagem do Estado capitalista ao Estado socialista (POULANTZAS, 1985, p.26).

O autor se contrapõe à visão de um Estado instrumental, como núcleo impenetrável à serviço da classe dominante, que age por “fora” deste. Se contrapõe a uma interpretação equivocada de um certo marxismo, para quem o Estado é resultado da dominação política (burguesia que usa o estado para fazer sua dominação) e por fim se contrapõe à aqueles que defendem uma visão economicista de Estado, em detrimento da política.

Debate, pois, com os reducionismos, desconstruindo formulações e elaborando outras; para ele toda mudança no fenômeno estatal é consequência das mudanças nas relações sociais do modo de produção da existência humana. Para Poulantzas a constituição do Estado é sempre uma relação de forças entre classes e frações de classe.

Para Poulantzas (1985) o Estado é uma relação que assume uma “ossatura material” e não está apartado das relações de classe, não é coisa, não é sujeito, nem exclusividade da classe burguesa, expressa, portanto, o conjunto das relações de classes, que são contraditórias. “O estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como resultado das contradições de classes inseridas na própria estrutura do Estado (o Estado-relação)” (p. 152).

O autor afirma ainda que, entender o Estado “como uma relação de forças, significa entendê-lo como um *campo e um processo estratégicos*, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros” (p.157) (Grifos no original). O poder, neste sentido, não é “coisa”, mas relação que é demarcada por 2 aspectos: 1) não é uma relação entre iguais, mas entre pessoas que vivem condições diferente; 2) tem um conteúdo social e histórico bem definido que é a relação de classes, ou melhor, de luta de classes e que ultrapassam as próprias relações de classes. Nos dizeres de Poulantzas

(...) O poder referido às classes sociais é um conceito que designa o campo de sua luta, o das *relações de forças e das relações* de uma classe com uma outra: os interesses de classe designam o horizonte de ação de cada classe em relação às outras. A capacidade de uma classe em realizar seus interesses está em oposição à capacidade (e interesse) de outras classes: *o campo do poder é, portanto, estritamente relacional* (1985, p.168) (Grifos no original).

O ESTADO: RECONFIGURAÇÃO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO E EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO

Com a “Grande Crise” da América Latina dos anos 80, que foi, no entendimento de Bresser Pereira (1996,1998), uma crise fiscal, uma crise do modo de intervenção e uma crise da forma burocrática de administrar o Estado e também com a derrocada do chamado Estado benfeitor, nos países desenvolvidos; Estado desenvolvimentista, nos subdesenvolvidos e Estado burocrático, nos estadista (Bresser Pereira,1998) o sistema capitalista viveu uma crise estrutural, buscando na ideologia social democrática uma legitimidade para enfrentar aquele momento. E de acordo com Marrow & Torres (2004) esta crise não produziu uma crise de legitimação do capitalismo, fato que se houvesse ocorrido poderia ter promovido a ascensão do socialismo, mas, pelo contrário, nas palavras desses autores,

Em vez disso, o thatcherismo e o reaganismo tornaram-se os pontos de referência ideológicos para um vasto processo de reestruturação que reduziu as demandas feitas aos Estados de bem-estar social e proporcionaram um ambiente regulador mais flexível, dentro do qual os processos econômicos globalizantes puderam proceder com menos obstáculos (MALLOW & TORRES, 2004, p.33).

Nas palavras de Bresser Pereira (1998) era necessário um Estado Social Liberal o qual “será financiador ao invés de produtor dos serviços sociais não exclusivos do Estado” (p. 96). Este Estado está embasado na ideias de administração pública gerencial (Bresser Pereira, 1996), ou da terceira via. Segundo Giddens (2001), a terceira via é a busca da superação de alguns dos ideais neoliberais, ou de uma nova reconfiguração do Estado, a partir, principalmente da “queda do muro de Berlin, e da chamada derrocada socialista; que propõe

um novo Estado – denominado de “Novo Estado democrático – o Estado sem inimigos” e que se consolida na “Terceira Via”; que o próprio autor diz que vem na tentativa de transcender tanto a social democracia do velho estilo quanto o neoliberalismo. Nos dizeres de Giddens

Os neoliberais querem encolher o Estado; os social democratas expandi-lo. A terceira via afirma que é necessário reconstruí-lo – ir além daqueles da direita ‘que dizem que o governo é o inimigo’, e daqueles da esquerda ‘que dizem que o governo é a resposta’ (2001, p. 80).

O ideário das políticas neoliberais traz em seu bojo, para além da ampliação das fronteiras, propostas como a abertura de mercado, a desregulamentação econômica, a redução do tamanho do Estado, criando o Estado Mínimo (mínimo para as políticas sociais e máximo para os interesses da lógica econômica, uma vez que no processo de correlação de forças em curso, é o capital que detém a hegemonia), a flexibilização, a ingerência de organizações transnacionais e a geração de espaço mundial; que se configuram como estruturas de poder econômico e político, influenciando no reordenamento das políticas públicas. Para Rodrigues (2008) “O mercado passa a ser a principal fonte de inspiração daqueles que criticam o Estado burocratizado e intervencionista” (p.62). Neste sentido, Burbules & Torres (2004) são enfáticos ao dizerem que “(...) com a implementação de políticas neoliberais, o Estado omitiu-se de sua responsabilidade de administrar os recursos públicos para promover a justiça social, a qual está sendo substituída por uma fé cega no mercado (...)” (p. 15).

O projeto neoliberal, no Brasil, se consolidou na chamada Reforma do Estado, visando redefinir o papel do Estado, transformando o Estado burocrático numa administração pública gerencial (Bresser Pereira, 1996) através de políticas públicas que trouxeram como diretrizes a descentralização, com o intuito de tornar os gastos governamentais mais eficientes e eficazes, a focalização, que direciona os gastos de acordo com as demandas sociais e a privatização, que transfere para o setor privado a produção de serviços públicos. Isto efetivou-se via reforma idealizada por Bresser Pereira (1996) que propõe o Estado social-liberal, que para ele está

... comprometido com a defesa e a implementação dos direitos sociais definidos no séculos XIX, mas é também liberal porque acredita no mercado, porque se integra no processo de globalização em curso, com o qual a competição internacional ganhou uma amplitude e uma intensidade historicamente novas, porque é resultado de reformas orientadas para o mercado (p.21).

O Estado, pois, representa e organiza o interesse político do bloco no poder, que se constitui de uma força política obtida por meio de alianças, que representam as disputas de projetos na sociedade civil, expressando as frações de classes ou fração hegemônica (POULANTZAS, 1985). Para Azevedo

(...) devemos considerar que os grupos que atuam e integram cada setor, vão lutar para que suas demandas sejam atendidas e inscritas na agenda dos governos. E estas lutas serão mais ou menos vitoriosas, de acordo com o poder de pressão daqueles que dominam o setor em cada momento (2001, p. 62).

No entanto, para além dessa organização setorial, não podemos deixar de mencionar as injunções externas que freqüentemente têm sido decisivas e definidoras do modo pelo qual o governo adota diretrizes políticas nos diversos setores sociais; uma vez que o financiamento e, em certos casos as imposições para tais medidas advêm dos organismos multilaterais, corporações e conglomerados, com destaque para o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que se encarregam de codificar, divulgar, implementar, administrar, regular (Ianni, 1999) e disciplinar (Borón, 2003) as políticas sociais para os países em desenvolvimento. Para Burbules & Torres (2004) “Os Estados tornaram-se cada vez mais internacionalizados, no sentido de que suas agências e políticas ajustaram-se aos ritmos da nova ordem mundial” (p.15). O que temos presenciado é, pois, a hegemonia das organizações multilaterais e das corporações transnacionais no que tange às políticas públicas.

Na visão de Poulantzas (1985) as políticas sociais e econômicas organizam o conjunto da vida social a partir das relações. O Estado capitalista expressa os interesses hegemônicos da sociedade, contraditoriamente, o jogo de interesse de frações de classes irá definir as relações do Estado na sua totalidade. O Estado é, pois, síntese do conjunto das relações. E as transformações que ocorrem no Estado estão ligadas às transformações sociais da relação de produção da existência humana.

Neste contexto da reconfiguração do Estado a sociedade é marcada por um lado pelos avanços tecnológicos, como o desenvolvimento da microinformática, pelos estudos da robótica e da cibernética, entre outros, e por outro pelo acirramento da polarização entre capital e trabalho, entre ricos e pobres, com um crescente aumento dos índices de miséria, desemprego, marginalidade e criminalidade. Ou seja, o mesmo sistema que promove a modernidade técnica gera a exclusão social; este tem sido o cenário da chamada reestruturação produtiva ou reconfiguração do capital. Também se faz presente estruturas de poder econômico-político com implicações sociais e culturais muitas vezes de grande influência e abrangência (IANNI, 1999), as quais desencadeiam o processo de “desterritorialização” que avança para além das fronteiras territoriais e se sobrepõe aos mais diferentes grupos, impondo-lhes direções conhecidas e desconhecidas, conexas e contraditórias, capazes de se sobrepor aos mais diferentes Estados Nacionais; ampliando não

só as fronteiras econômicas e políticas, mas também as sociais e culturais/identitárias.

A globalização, em termos de economia, se configura num processo acelerado de redefinição das relações entre os países ditos centrais e os periféricos, acentuando as diferenciações e a hierarquia das especializações. “A hegemonia cabal do capitalismo em vez de democratizar benefícios, generaliza e aprofunda, por todo o planeta, a gravidade dos problemas oriundos das contradições sociais e das desigualdades estruturais correspondentes” (PINASSI, 2009, p.58). Para Evangelista & Shiroma (2007) a globalização não representa somente a hegemonia de uma nação, “a americanização do planeta, mas de um sistema – o capitalista – que triunfou” (p.534). Entretanto, Pinassi (2009) afirma que “o triunfo do controle do capital sobre o trabalho tanto fecha os horizontes humanistas como amplia os espaços e as condições propícias às contradições sociais e à luta de classes” (p.42). Por outro lado, Neves & Sant’Anna (2005) afirmam que “o desemprego estrutural, a precarização das relações de trabalho e das condições de uma vida de um contingente cada vez maior de trabalhadores levam o capital a redefinir suas estratégias de busca do consenso” (p.32).

O ESTADO EDUCADOR

Gramsci situa dentro da sociedade civil, estruturada em classes, a luta pela hegemonia, que não se trava apenas no plano das instâncias econômica e política, mas também na esfera da cultura, conforme ele mesmo afirma sociedade civil é entendida como “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado”(GRAMSCI, 2011, p 225) . O grupo que controla a sociedade civil é um grupo hegemônico; a conquista da sociedade política é o coroamento desta hegemonia. Para uma classe torna-se dirigente de uma sociedade inteira, esta deve distinguir-se e conquistar a direção baseada na própria ideologia, na sua organização e superioridade moral e intelectual. Uma classe só se torna dirigente quando isto é reconhecido pelas outras classes.

Com o consentimento das outras classes forma-se o chamado “Bloco Histórico”, que é o sistema articulado e orgânico de alianças sociais ligadas por ideologias comuns e também por cultura comum. (Buci-Glucksmann,1980). Conceito que Gramsci desenvolve para superar as formulações economicista liberal, inspirando-se no conceito de totalidade – unidade no diverso; entendendo que política e economia são indissociáveis, como o próprio autor afirma “unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2011, p. 26).

Gramsci, nos traz a idéia de que as vontades são determinadas já no nível dos

interesses materiais e econômicos; passando por um processo de universalização que leva à formação de sujeitos coletivos. Estes sujeitos são movidos por uma vontade cada vez mais universal superando os interesses meramente “econômicos/corporativos” e orientam-se no sentido de uma consciência “ético/política”.

Gramsci coloca como função do Estado Educador a formação do “homem coletivo”, afirmando que é

Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade (GRAMSCI, 2011, p. 23).

O homem coletivo é, portanto, síntese de múltiplas determinações, resultado do tempo em que vive as relações históricas. É um ser que vive as relações de singularidade, mas também das relações coletivas que estabelece, das opções que faz a partir de suas experiências. É, pois, uma construção desse processo social no qual elementos singulares e coletivos se estabelecem.

A reflexão gramsciana sobre o social e o político é atravessada pelo princípio da totalidade, evidenciando que essas duas esferas não devem ser tratadas desvinculadas do fator econômico, ou seja, da relação entre estrutura (infra-estrutura) e superestrutura. Gramsci não entende a política como simples reflexo da economia, mas como esfera mediadora entre a produção material e a reprodução da vida humana. A vida social é, portanto, resultado da ação humana na qual consciência e vontade aparecem como fatores decisivos na transformação da realidade, sem deixar de considerar as condições históricas objetivas que existem independentemente da consciência e da vontade dos homens.

Destarte, Gramsci propõe que a coerção, advinda do Estado ou do mercado, do poder ou do dinheiro, seja substituída pelas esferas do “consenso”, de controle intersubjetivo, construindo desta maneira um ordem social cada vez mais contratual e menos coercitiva; ou dita de outra forma, mais democrática. Para ele “o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (GRAMSCI, 2011, p. 119). Para o autor o processo de dominação pela hegemonia ocorre, principalmente, mas não somente, na sociedade civil, onde o partido atua no sentido da obtenção do consenso, por meio da difusão de determinada concepção. Salienta ainda que, “o estado deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização” (GRAMSCI, 2011, p. 28). Desta forma, não há espontaneidade nem

desorganização, as relações entre as classes educam permanentemente nas relações sociais.

Gramsci não propõe um Estado como ente supremo, ao contrário de Locke, mas, falando de novas práticas surgidas a partir de novas relações de força, formando uma nova sociabilidade. As relações sociais são relações educativas e o Estado educador é uma expressão das relações de poder. É educador, pois, predomina ações de convencimento da classe dominada cultural e economicamente, e expressa os interesses de classes a partir das relações de classe, ou seja, estará sempre a serviço de uma classe.

No nosso entendimento as agências internacionais agem, pois, como “Partidos”, no sentido gramsciano, buscando o consenso, lembramos que esta “disputa” se dá entre frações de classes que detém o poder de forma desigual. O que tem prevalecido nesta disputa é a hegemonia daqueles que obtém o consenso porque detém o capital.

REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO: IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA EDUCACIONAL

No caso brasileiro a reforma do Estado expressou-se na educação, inicialmente, via uma política educacional embasada em três pilares: o financiamento, a avaliação institucional e a criação dos PCNs. Desmembrando-se em dois processos distintos e contraditórios: a centralização e a descentralização; reavivando a contradição do Estado Mínimo/Máximo. O Estado é Máximo no tocante ao controle (avaliação e PCNs) e Mínimo quanto ao financiamento, criando o FUNDEF, e posteriormente o FUNDEB, que responsabiliza os municípios e desobriga a união com relação aos investimentos no setor educacional.

Draibe (2005) caracteriza este momento da seguinte maneira:

O país chega aos anos 90 com um sistema educacional público marcado por distorções e dificuldades, entre as quais destacam-se suas grandes dimensões; uma cobertura educacional insuficiente em todos os níveis de ensino, com exceção do ensino fundamental; baixa qualidade do ensino ministrado e distâncias significativas entre os novos requisitos de formação de mão de obra e os conteúdos educacionais. Além disso, a acentuada heterogeneidade do sistema educacional traduz-se nas desigualdades de acesso, cobertura e desempenho escolar entre grupos e categorias sociais (...) A agenda reformista que se arma na área envolve muitos, senão todos, esses aspectos e desafios (p. 9)

No âmbito específico da Educação esse período é marcado pelos acordos firmados, principalmente, depois da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em 1990, ocorrido em Jomtien, na Tailândia. Neste cenário, combinam-se pelo menos três variáveis: a primeira diz respeito à definição de uma agenda internacional para a educação, marcada por diversos eventos, como a Conferência Mundial de Educação para Todos, a Conferência de Nova Delhi, a Cúpula Mundial de Educação para Todos, em Dacar, entre outros. A segunda

variável constitui-se de proposta firmada no contexto da retomada de uma visão que articula educação ao desenvolvimento, em moldes semelhantes à teoria do capital humano; já a terceira diz respeito à presença de organizações internacionais (FMI, BM, BIRD, OMC, UNESCO, CEPAL, entre outras) voltadas para o desenvolvimento de projetos na área de educação. “A educação nesta perspectiva, fundamenta-se na concepção do homem, enquanto um recurso para o crescimento do capital como forma de produção da vida material, na sociedade mundializada” (MIGUEL & VIEIRA, 2008, p.133). Para Ferreti (2008)

(...) as reformas perpetradas no Brasil a partir da década de 1990 podem ser consideradas um bom exemplo do esforço dos setores dominantes, no plano nacional, tanto quanto no internacional, no sentido de adequar a educação, às necessidades presentes do Capital (...) (p.191).

Políticas, dita compensatórias, são desenvolvidas no sentido de manter, reorganizar e ampliar o modo de produção capitalista. Ou seja, no bojo da Reforma do Estado, as agências internacionais e os organismos multilaterais, propõem a adoção da administração gerencial tanto para direcionar e racionalizar os gastos públicos, quanto para administrar escolas e professores (EVANGELISTA & SHIROMA, 2007). Miguel & Vieira (2008) enfatizam que “A influência exercida pelo Banco Mundial nos rumos do desenvolvimento mundial não se reduz, portanto, ao volume de empréstimos nas áreas de abrangência definidas, mas também no processo de reestruturação neoliberal dos países participantes” (p. 131). Ao fazer uma análise desse processo de globalização que estamos vivendo Ball (2001) afirma que

A maior parte das políticas são frágeis, produto de acordos, algo que pode ou não funcionar; elas são retrabalhadas, aperfeiçoadas, ensaiadas, crivadas de nuances e moduladas através de complexos processos de influência, produção e disseminação de textos e, em última análise, recriadas nos contextos da prática (p. 102).

Batista (2008) ao mencionar os fatores que influenciam diretamente “na elevação da produtividade do trabalho,” contribuindo assim, para o processo de racionalização e valorização do capital, aponta, dentre outros, o investimento na capacitação e especialização da força de trabalho. Para Miguel & Vieira (2008)

A disseminação da formação em serviço, a forma mais barata e eficiente de formar profissionais para a educação, segundo a ótica neoliberal, atingiu diretamente o corpo docente em todas as suas categorias. Cabe ao professor, portanto, desenvolver sua capacidade de aprender, para poder adequar-se com facilidade às rápidas transformações do mundo do trabalho (p. 137).

Nos dizeres de Morrow & Torres (2004) a imagem do novo trabalhador, na teoria pós fordista parece atraente; “Os imperativos da produção flexível exigem trabalhadores capazes de níveis elevados de autonomia e participação no grupo, e isto está ligado ao treinamento de capacidades amplas” (p. 39). No entanto, apoiados nos estudos de Soucek (1996), e pensando nas reformas educacionais em curso, esses autores afirmam que

A flexibilidade pós-fordista, assim, é uma faca de dois gumes – por um lado, ela promete ao trabalhador autonomia, participação democrática e treinamento; por outro lado, ela tende a cumprir essas promessas em pacotes, cujo conteúdo não corresponde a seus rótulos. A autonomia do trabalhador então se torna uma disposição para trabalhar mais, a participação democrática significa pensar em novas maneiras de intensificar o esforço de trabalho, e o treinamento passa a significar aprender menos sobre mais coisas (SOUCEK, 1996, *apud* MARROW & TORRES, 2004, p. 39).

Para Rodrigues (2008) “(...) o modelo gerencial promoveu uma precarização ainda mais perversa na gestão dos direitos sociais através da vigência do trabalho temporário, da parceria e da filantropia” (p. 63). Para PETERS; MARSHALL & FITZSIMONS (2004) o “gerencialismo é um dos principais elementos numa mudança para um discurso neoliberal das políticas educacionais” (p. 82). Esses autores afirmam que o “neoliberalismo representa um discurso substancial de governança, precisamente potente por causa de sua capacidade de combinar a economia, o social e a política em nome da escolha racional como princípio de legitimidade” (p. 83).

Vale ressaltar as implicações do receituário neoliberal ou globalizante nos países que “optaram” por ele e destacar o processo de profunda concentração de riqueza, estagnação econômica e recessão, além do agravamento das diferenças sociais.

REFORMA EDUCACIONAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

É neste contexto de reforma educacional que a formação continuada ganha destaque como requisito para o trabalho, incorporando a idéia da atualização constante, em função das mudanças no conhecimento, ou na forma de tratá-lo, e nas tecnologias; bem como pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho. “Políticas públicas e ações políticas movimentam-se, então, na direção de reformas curriculares e de mudanças na formação docente (...)” (Gatti, 2008, p. 62) bem como nas ações desempenhadas pelos docentes.

“Os pacotes” de formação continuada nem sempre atendem aos reais interesses dos educadores, e tem servido muito mais para intensificar o trabalho docente, do que, realmente, promover mudanças significativas na formação. “(...) a padronização do ensino e do currículo está intimamente ligada à desespecialização do professor e à lógica do controle técnico em educação (MARROW & TORRES, 2004, p. 39). Dalben (2006) assevera que um programa de formação continuada “se desenvolve num campo complexo e a escolha do melhor modelo ficará condicionada à conjunção de forças desse campo” (p. 133), ou seja, o mesmo modelo não serve para “todos” os grupos, o programa deve considerar as expectativas e as peculiaridades de cada realidade. A autora indica dois aspectos, que ela considera

fundamental, na organização de programas de formação de professores: “o tipo de relação pedagógica a ser estabelecido e a relação com os conteúdos do próprio programa” (p. 137); e neste sentido, é premente a necessidade do estabelecimento de um diálogo permanente entre os formandos e os formadores para o reconhecimento mútuo das necessidades, demandas e urgências relativas às ações propostas. Um programa de formação continuada pensado nestes termos irá desempenhar “o papel de descobrir a teoria para ordená-la, fundamentá-la, revisá-la e combatê-la, se for preciso” para assim, “recompor o equilíbrio entre os esquemas práticos e os esquemas teóricos que sustentam a prática educativa” (IMBERNÓN, 2002, p. 59).

REFORM OF STATE: EDUCATIONAL POLICY AND CONTINUING EDUCATION OF THE TEACHERS

ABSTRACT

This paper is part of the Doctoral thesis which discusses the state and it has a Gramsci and Poulantzas' background theories. In that way, It's a bibliography research. It's looking for the reconfiguration of the state in the globalization and neoliberalism context, with emphasis in the reform and educational policy implications. This text put emphasis in the reform in educational policy. It addresses the definition of the consensus by the international agency in the "Educator State" level. The education reform is building like the same as the reform in the manager level in the state, bringing as consequence the need to do a new worker for that. In that way, the teachers' formation obtain prominence as a central element in the educational reform.

KEYWORDS: *reform of state 1; educational reform 2; continuing education of the teachers 3*

REFORMA DEL ESTADO: LA POLÍTICA EDUCATIVA Y LA FORMACIÓN CONTINUA DE PROFESORES

RESUMEN

Este trabajo forma parte de la tesis doctoral que analiza el estado y tiene Gramsci y Poulantzas teorías 'de fondo. De esta manera, es una bibliografía de investigación. Está buscando la reconfiguración del Estado en el contexto de la globalización y el neoliberalismo, con énfasis en la reforma e implicaciones de política educativa. Este texto pone énfasis en la reforma de la política educativa. Se ocupa de la definición del consenso por el organismo internacional en el "Estado educador". La reforma educativa se hace para moldear la reforma de la gestión del Estado, trayendo como consecuencia la necesidad de formar un nuevo empleado. Y este efecto se enfatiza la formación del profesorado como elemento central de la reforma educativa.

PALABRAS CLAVES: *reforma del estado 1, la reforma educativa 2, formación continua de profesores 3*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J. M. L. A educação como política pública. Campinas: Autores associados, 2001.

BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, p. 99-116, jul/dez. 2001.

BATISTA, R. L. O trabalho sob a égide do Capital: uma análise marxista. In: TUMOLO, P. S & BATISTA, R. L (Orgs). Trabalho, Economia e Educação: Perspectivas do Capitalismo Global. Maringá: Práxis; Masoni, 2008. p. 39 – 70.

BORÓN, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 63 - 118.

BRESSER PEREIRA, L. C. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE). Plano Diretor da Reforma do aparelho do Estado. Brasília: Presidência da República, 1995.

_____. Um novo estado para a América Latina. Novos Estudos Cebrap 50, março 1998, p. 91-98.

BUCI-GLUCKSMANN, C. Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BURBULES, N. C. & TORRES, C. A. Globalização e Educação: Uma introdução. In: Burbules, N. e Torres, C. A (Orgs.) Globalização e Educação – perspectivas críticas. Porto Alegre : ArtMed, 2004. p. 11 - 26.

DALBEN, A. I. L. Formação Continuada de professores: idéias para a construção de uma política integrada entre Universidade e Sistemas de Ensino. In: CALDERANO, M. da A. & LOPES, P. R. C. (Orgs.) Formação de professores no mundo contemporâneo: desafios, experiências e perspectivas. Juiz de Fora: EDUFJF, 2006. p. 131-146.

DRAIBE, S. A experiência brasileira recente de descentralização de programas federais de apoio ao ensino fundamental. In: COSTA, V. L. C. (Org.) Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento. São Paulo: Fundap: Cortez, 1994. p. 68-98.

_____. Ciclos de reformas de políticas públicas em ambientes de consolidação da democracia: a experiência brasileira recente de reformas de programas sociais. Caderno 63. Campinas, 2005.

EVANGELISTA, O. & SHIROMA, E. O. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 33, n.3, p. 531-541, set./dez. 2007.

FERRETI, C. J. Reformas Educacionais: entre as utopias burguesas e a transformação social. In: TUMOLO, P. S & BATISTA, R. L (Orgs). Trabalho, Economia e Educação: Perspectivas do Capitalismo Global. Maringá: Práxis; Masoni, 2008. p. 187 – 203.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação*. v.13, n. 37, jan./abr. 2008.

GIDDENS, A. A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e futuro da social democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GRAMSCI, A. A questão Meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Cadernos do Cárcere. Vol. 1, 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

IANNI, O. A política mudou de lugar. In: DOWBOR, L., IANNI, O. & RESENDE, P. E. A. Desafios da globalização. Petrópolis: Vozes, 1999.

IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2002.

MIGUEL, M. E. B & VIEIRA, A. M. D. P. As políticas educacionais e a formação continuada do professor. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.31, p. 127-141, set. 2008.

MORROW, R. A. & TORRES, C. A. Estado, Globalização e políticas Educacionais. In: Burbules, N. e Torres, C. A (Orgs.) *Globalização e Educação – perspectivas críticas*. Porto Alegre : ArtMed, 2004. p. 27 - 44.

NEVES, L. M. W. & SANT'ANNA, R. Gramsci, o Estado Educador e a Nova Pedagogia da Hegemonia. In: NEVES, L. M. W. et al. . *A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 19 – 40.

PETERS, M.; MARSHALL, J.; FITZSIMONS, P. Gerencialismo e Política Educacional em um contexto global: Foucault, neoliberalismo, e a doutrina da auto-administração. In: Burbules, N. e Torres, C. A (Orgs.) *Globalização e Educação – perspectivas críticas*. Porto Alegre : ArtMed, 2004. p. 77 - 90.

PINASSI, M. O. Da miséria ideológica à crise do capital; uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009.

POULANTZAS, N. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

RODRIGUES, R. L. Reformas educacionais na América Latina e formação de professores: a questão do trabalho docente. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 12, n.2, p. 59 – 74, set/2007 – fev/2008.